



ENSINO SECUNDÁRIO: A EDUCAÇÃO TECNICISTA E PROFISSIONALIZANTE NO PERÍODO DITATORIAL¹

Juliana Ferreira de Sousa

Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – julianacereja10@gmail.com

Jullyana Cristhina A. de Freitas

Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – jualmeida_freitas@hotmail.com

Orientador: Agnaldo José da Silva

Prof. Dr. no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – agnaldo1110@gmail.com

RESUMO

No período de 1964 a 1985, o Brasil viveu sob o regime da ditadura militar, que afora todas implicações decorrentes deste tipo repressor de gestão, impôs a concretização do processo modernizante do país pela via da dependência e da subordinação ao capital internacional. Em meio aos anseios populares por transformações sociais e estruturais, deu-se a união entre o capital externo e interno, criando um Estado Ditador, dirigido pelos militares para garantir a continuidade da industrialização do país. Esse período histórico do país foi marcado por mudanças significativas em todas as esferas sociais. Na educação, não foi diferente. A formação tecnicista e profissionalizante foi um marco no ensino secundário brasileiro nesse período, onde o ensino é voltado para a formação de mão de obra mais rápida. As discussões encontradas neste trabalho serão pautadas por revisões bibliográficas do projeto “A sociologia vai à escola” do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz, a partir de reuniões quinzenais que procuram analisar produções científicas acerca do ensino de sociologia na educação básica. Tal projeto foi iniciado no período de 13 de setembro de 2016 a 13 de dezembro de 2016. A partir das discussões realizadas, nota-se que essas mutações sofridas no ensino secundário no período do regime militar, foram de grandes perdas para o processo formativo dos alunos, pois eles perderam disciplinas significativas, como a Sociologia. Pretende-se nesse trabalho analisar as consequências sofridas após a retirada da disciplina de Sociologia que reforçou esse caráter tecnicista e profissionalizante do ensino secundário, pois a disciplina desperta uma atitude reflexiva nos alunos sobre a sociedade e as mudanças que ocorrem nela. Para a discussão teórico-conceitual da temática pretendida, foram utilizadas as ideias de Meucci (2000), Takagi e Morais (2007) e Silva (2007), que são autores que realizam uma discussão acerca do ensino de sociologia no ensino médio.

Palavras-Chaves: Ensino Secundário, Ensino de Sociologia, Ensino Tecnicista e Profissionalizante.

INTRODUÇÃO

A disciplina de sociologia é intermitente na história do ensino secundário brasileiro, pois ela aparece e desaparece, ou seja, ela é oscilante e isso pode ser decorrente de algumas fragilidades, como a ausência de especialistas na área, de conteúdos mínimos que contemplem a diversidade da disciplina, e a dicotomia entre a sociologia na academia e no ensino básico, expresso na dicotomia “pesquisador” e “professor”.

¹ O trabalho é decorrente do projeto “A sociologia vai à escola” do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz, a partir de reuniões quinzenais que procuram analisar produções científicas acerca do ensino de sociologia na educação básica.



Historicamente o ensino de sociologia é marcado por irregularidades e inconsistências que estão ligadas diretamente com os interesses de cada época. Esse fato se deve aos processos econômicos e histórico-sociais que o Brasil passou em vários momentos de sua história. Como explicam Santos apud Takagi e Moraes (2007, p.103), a presença e a ausência da disciplina de sociologia estiveram sempre relacionadas ao contexto político do país, ao grau de mobilização dos movimentos sociais e, especialmente à visão dos elaboradores das reformas educacionais no que diz respeito à relação entre ciência, educação e sociedade.

É importante destacar esse reflexo social no âmbito escolar já que as disciplinas ministradas nas escolas não são saberes acabados, fixos e presos no ambiente escolar. Ao contrário, são mutáveis de acordo com o contexto social, ou com a própria dinâmica escolar e essas relações podem desencadear mudanças positivas ou negativas.

A educação brasileira já passou por várias modificações curriculares e essas transformações ocorreram devido a concepções dominantes sobre a educação, sociedade, estado e ensino. Dessa forma, percebe-se que o currículo tem um caráter político, entendido como um campo de poder.

Assim, pretende-se nesse trabalho analisar as consequências sofridas após a retirada da disciplina de Sociologia no período do Regime Militar que reforçou o caráter tecnicista e profissionalizante do ensino secundário. Deste modo, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica, na qual utiliza as perspectivas dos seguintes autores: Meucci (2000), Takagi e Moraes (2007) e Silva (2007).

DESENVOLVIMENTO

Em um primeiro momento o ensino secundário brasileiro tinha como principal enfoque a formação humanística que visava preparar a elite brasileira nas profissões que eram consideradas nobres, como medicina, direito e engenharia, caracterizado por um ensino totalmente conteudista. Quando a disciplina de sociologia foi incluída, ela não foi tratada de forma diferente, foi derivada do acúmulo de pesquisas e elaborações teóricas realizadas até aquele momento. Como aponta Meucci (2000), o conhecimento sociológico é parte das matérias exigidas para os exames de admissão aos cursos superiores. Assim, os alunos candidatos às faculdades de direito, engenharia, arquitetura, química e medicina assistiam a aulas de sociologia nos cursos complementares.

Já no período do regime militar, o ensino secundário passou por uma completa reestruturação do sistema de ensino. O currículo de 1º e 2º grau passa a regionalizar os conhecimentos, agrupando-



os em áreas de aplicabilidade tecnológica imediata. Assim o aluno não precisaria mais aprender literatura, mas, sim “Comunicação e Expressão”, a partir do ensino de regras da gramática. Os alunos não precisariam aprender os fundamentos da Física, a dinâmica, a quântica, mas, somente algumas fórmulas que seriam utilizadas na elaboração de alguma tarefa básica da contabilidade, da construção civil etc. (SILVA, 2007).

Para compreender esse novo período do ensino secundário e a circunstância da disciplina de sociologia nesse contexto, se faz necessário compreender o cenário social da época, que era o do Regime Militar, segundo Nunes e Rezende (2011):

A ditadura militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1984, foi um período marcado por momentos de extremo autoritarismo, violência, repressão e por diversos outros meios de manter o regime. Compreender o conjunto de interesses e valores dos segmentos sociais que faziam parte do poder, naquele momento, é fundamental para entender como vários mecanismos autoritários, que buscavam o controle e o consenso da população, tentavam atuar nas diversas esferas da sociedade, (p.01).

Consequentemente, essa imposição de ordem social atingiu diretamente a educação. As políticas sociais, nesse caso a política educacional, eram planejadas e estavam diretamente atreladas ao projeto econômico, político e ideológico do estado vigente. Assim, se faz necessário categorizar o desenvolvimento dessas políticas educacionais no Regime Militar, que são resumidas por Germano (2011) aos seguintes aspectos fundamentais:

(1) Controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis; (2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º. Grau, através da pretensa profissionalização; (3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital; (4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado (p.105-6).

A disciplina de Sociologia foi afetada por esse novo sistema educacional do Regime Militar e no período de 1971-1982, ela começou a ser alterada:

a disciplina, embora optativa, apresenta dificuldade para ser incluída, por conta do preconceito reinante em que se confundia sociologia com socialismo (Barbosa e Mendonça, 2002), e mesmo pela quase “substituição” do possível caráter crítico de sua abordagem das questões sociais e políticas nacionais pelo tom ufanista e



conservador da disciplina obrigatória Organização social e Política Brasileira (OSPB); 1982, a lei de nº 7.044/82 veio revogar a profissionalização compulsória que marcava o segundo grau desde a lei nº 5 692/71 editada pelos governos militares, (MORAES, 2003, p.07).

Nesse período, destaca-se a ruptura do ensino baseado nas disciplinas tradicionais das ciências humanas e ciências da natureza. Nesse sentido, a disciplina de sociologia foi substituída por disciplinas de educação moral e cívica, estudos sociais e OSPB (Organização Social e Política do Brasil), monitoradas por um modelo de currículo regionalizado, ou seja, um currículo tecnicista. Silva (2007) exemplifica a alienação imposta nesse período, como por exemplo, o ensino de Educação Moral e Cívica através da teleeducação no Governo de José Sarney, iniciado em 1969, no Estado do Maranhão, demonstrando a reprodução dos mitos e ideologias sobre o Brasil Tropical, sem conflitos, cheios de belezas naturais, entre outras.

Essa fase é marcada por uma alienação, e onde tivesse o mínimo de reflexão o Estado bloqueava, como a disciplina de sociologia que foi substituída por disciplinas que moldam as pessoas ensinando-as a serem bons cidadãos que respeitem a pátria, e que sejam ligadas a moralidade. Dentro desse cenário, o ensino tecnicista e profissionalizante se intensificou a serviço do capital, como diz a promulgação da Lei nº 5692/71, a educação é novamente reformulada para adequar o ensino às necessidades do capital. Apesar de tantas reformas e preocupações do Estado em atrelar a política educacional aos interesses do mercado de trabalho, este objetivo pode não ser alcançado de imediato ou em alguns casos obter o efeito contrário, daí a imposição de tantas reformulações verticais.

A Lei 5692/71 buscou modificar toda a estrutura de ensino de 1º e 2º grau; do ensino profissionalizante e do ensino técnico. Instituiu a obrigatoriedade da profissionalização para o 2º grau, com o objetivo de conter a demanda crescente do ensino superior, que não encontrava vagas nas universidades, e de aumentar o número de profissionais habilitados para o mercado de trabalho, através da intenção de se constituir uma rede única de ensino que eliminasse o caráter elitista de acesso à educação. Neste sentido, o técnico industrial enquanto formação profissional foi cortado da legislação sendo acoplado ao ensino médio, para continuar existindo.

Nota-se um descaso no ensino secundário, que objetiva formar mão de obra o mais rápido possível para o capital e que com isso diminuiu também o acesso à universidade pública, pois as universidades estavam sucateadas. Só que esse ensino tecnicista e profissionalizante não se encaixava na realidade das escolas públicas, pois necessitava de um grande investimento em laboratórios e



profissionais capacitados e o Estado alegava não ter recursos para manter essa estrutura, então ele se tornou um ensino falido.

Atualmente o ensino secundário passa por uma nova reconfiguração que tem características muito próximas às desse modelo da ditadura militar, como o ensino tecnicista, profissionalizante e que agora tenta ser em tempo integral, em todas as escolas públicas de ensino médio do Brasil. E a disciplina de Sociologia é acometida novamente, pois ela está cogitada a ser uma disciplina optativa, transversal, ou a ter que diminuir a sua carga horária no currículo secundarista, que já é menor em relação a outras disciplinas.

CONCLUSÃO

Percebe-se nesses modelos de ensino secundário, como por exemplo, o do Regime Militar que colocou e retirou disciplinas que eram ou não necessárias para sua ideologia de um ensino tecnicista e profissionalizante. Que tudo que se ensina na escola vai refletir na sociedade, se uma escola visa uma formação reflexiva e crítica, posteriormente, terá uma sociedade mais analista, mas, se a escola for voltada para a formação tecnicista que visa formar para o trabalho, a sociedade será alienada e ligada ao mercado de trabalho e ao consumismo. Para compreender essa relação do currículo e poder Santos apud Takagi e Moraes (2007, p.103) explica que:

depois das teorias críticas e pós-críticas, não podemos mais olhar o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confirmam. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade.

Esse currículo que é lugar, espaço, território, também é poder, ele não pode ser visto de forma ingênua, pois ele carrega consigo relações de poder.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). **5692/71** Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original).

GERMANO, J. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.



MEUCCI, S. **Os manuais de sociologia de 1931 a 1940**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2000.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social** – USP. Abril, 2003.

NUNES, N; REZENDE, M. **O ensino da Educação Moral e Cívica durante ditadura militar**. Artigo disponível :<www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>. Acessado em 23/03/2017.

SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**, Natal-RN, v.8, n.2, p.403-427, jul./dez.2007.

TAKAGI, C. T.; MORAES A.C. Um olhar sobre o ensino de sociologia: Pesquisa e Ensino. **Mediações**, Londrina, v.12, n. 1, p. 93-112, jan/jun. 2007.